

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

SUMÁRIO

1. OBJETIVO
2. ESCOPO E ABRANGÊNCIA
3. TERMOS E DEFINIÇÕES
4. DADOS COLETADOS e FINALIDADES
5. COMPARTILHAMENTO DE DADOS
6. RETENÇÃO E ELIMINAÇÃO DE DADOS
7. SEGURANÇA E PRIVACIDADE DESDE A CONCEPÇÃO
8. RESPONSABILIDADES E BOAS PRÁTICAS
9. CONSCIENTIZAÇÃO E GOVERNANÇA
10. DIREITOS DOS TITULARES
11. ENCARREGADO PELO TRATAMENTO
12. ALTERAÇÕES NA POLÍTICA
13. APROVAÇÃO

A MDR ADVOCACIA reconhece a importância da proteção dos dados pessoais e está comprometida com a transparência, a segurança e o respeito aos direitos dos titulares. Esta Política de Privacidade apresenta de forma clara como tratamos as informações coletadas durante o uso de nossos serviços, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Ela descreve quais dados são coletados, para quais finalidades, com base em quais fundamentos legais, como são protegidos e quais são os seus direitos como titular.

O detalhamento completo das operações de tratamento está disponível no nosso Inventário de Dados Pessoais, conforme disposto no art. 37 da LGPD, o qual embasa a adequação à LGPD e pode ter informações disponibilizadas mediante solicitação do titular de dados ou autoridades competentes.

1. OBJETIVO

Esta Política de Privacidade estabelece como a MDR ADVOCACIA coleta, usa, compartilha e protege os dados pessoais dos usuários, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD), promovendo a transparência e o respeito aos direitos dos titulares.

Ela estabelece diretrizes, princípios e procedimentos a serem seguidos por todos os envolvidos em atividades de tratamento de dados pessoais no âmbito da MDR ADVOCACIA, assegurando a conformidade com a LGPD e demais normas aplicáveis.

2. ESCOPO E ABRANGÊNCIA

O tratamento de dados pessoais realizado pela MDR ADVOCACIA respeita os fundamentos (art. 2º) e princípios (art. 6º) da LGPD, como a boa-fé, a finalidade específica, a necessidade, a segurança, a prevenção, a transparência, a responsabilização e a não discriminação.

Esta Política aplica-se a todos os titulares de dados aos quais a MDR ADVOCACIA é CONTROLADORA, incluindo os dados de clientes, partes contrárias, representantes legais, colaboradores, fornecedores, candidatos a vagas, visitantes e quaisquer indivíduos cujos dados pessoais sejam tratados no contexto das atividades desenvolvidas pelo escritório.

Ela também deve ser observada por todos os colaboradores, estagiários, prestadores de serviços e parceiros da MDR ADVOCACIA que atuem direta ou indiretamente com o tratamento de dados pessoais.

3. TERMOS E DEFINIÇÕES

Dados Pessoais: Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável, como nome, CPF, e-mail, endereço, entre outros.

Dados Pessoais Sensíveis: Dados sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dados referentes à saúde, à vida sexual, dado genético ou biométrico.

Dado Anonimizado: Dado que não pode ser associado, direta ou indiretamente, a um indivíduo, considerando meios técnicos razoáveis disponíveis no momento do tratamento.

Titular de Dados: Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

Controlador: Pessoa natural ou jurídica que toma as decisões sobre o tratamento de dados pessoais. No contexto desta Política, é a MDR ADVOCACIA.

Operador: Pessoa natural ou jurídica que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Encarregado (DPO): Pessoa indicada pelo controlador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Tratamento de Dados: Toda operação realizada com dados pessoais, como coleta, uso, acesso, reprodução, transmissão, armazenamento, arquivamento, eliminação, entre outros.

Anonimização: Processo por meio do qual um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

Banco de Dados: Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD.

Consentimento: Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

Eliminação: Exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado.

Compartilhamento de Dados: Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados por órgãos e entidades públicas no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados.

4. DADOS COLETADOS e FINALIDADES

Ao utilizar os serviços da MDR ADVOCACIA o(a) titular de dados declara estar ciente e de acordo com a Política de Privacidade. Caso não concorde com os termos, recomendamos que não utilize os serviços oferecidos.

A MDR ADVOCACIA realiza o tratamento de dados pessoais estritamente necessários para cumprir suas finalidades institucionais, que incluem: prestação de serviços jurídicos especializados, cumprimento de obrigações legais, representação em processos judiciais e administrativos,

assessoria consultiva e regulatória, e demais atividades compatíveis com suas áreas de atuação.

Os dados pessoais tratados podem ser coletados por meio do site oficial, de sistemas internos e de formulários físicos utilizados no atendimento. O(a) titular é exclusivamente responsável pela veracidade, exatidão e atualidade das informações pessoais fornecidas. O fornecimento de dados falsos, desatualizados ou incompletos poderá comprometer a prestação adequada dos serviços e ensejar a adoção de medidas legais cabíveis, conforme a legislação vigente.

Abaixo, estão descritos os principais dados pessoais tratados, suas respectivas finalidades e as bases legais aplicáveis. Informações mais detalhadas encontram-se no Inventário de Dados da MDR ADVOCACIA.

Dado Pessoal	Finalidade	Base Legal
Nome completo CPF RG CNH	Identificação e validação jurídica do titular	Execução de contrato (art. 7º, V)
E-mail e telefone	Comunicação com clientes e partes interessadas	Legítimo interesse (art. 7º, IX)
Dados bancários	Pagamentos, reembolsos, controle de honorários	Execução de contrato (art. 7º, V)
Dados processuais (ex: partes, documentos, petições)	Representação legal e defesa de direitos	Exercício regular de direitos (art. 7º, VI)
Dados sensíveis (ex: dados de saúde, religião, filiação sindical)	Apenas quando estritamente necessário para o processo ou defesa jurídica	Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo e arbitral (art. 11, II, “d”)

Dados biométricos (reconhecimento facial)	Controle de acesso físico às instalações da MDR Advocacia	Prevenção à fraude e à segurança do titular, (art. 11, g)
Registro funcional, dados de ponto, folha de pagamento, histórico de cargos	Gestão da relação de trabalho, cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, controle de jornada e cálculo de remuneração	Cumprimento de obrigação legal (art. 7º, II) e Execução de contrato (art. 7º, V) - A depender do processo em que o tratamento de dados pessoais é realizado.

O tratamento de dados biométricos para controle de acesso físico é realizado por meio de solução de terceiro (operador), com cadastro facultativo: é disponibilizada alternativa de acesso não biométrica, de modo que o consentimento é livre e específico. São adotadas medidas técnicas e administrativas reforçadas, conforme a Política de Segurança da Informação, e o titular pode revogar o consentimento a qualquer tempo.

Devido à natureza dinâmica e à complexidade das operações jurídicas realizadas, o inventário completo de dados pessoais — incluindo todas as categorias de dados, finalidades e bases legais — é mantido atualizado internamente, conforme exigido pelo art. 37 da LGPD.

Além disso, a versão atualizada deste artefato está disponível no website da instituição. O acesso mais detalhado ao inventário poderá ser solicitado pelo titular dos dados ou pelas autoridades competentes, mediante requerimento formal.

5. COMPARTILHAMENTO DE DADOS

O compartilhamento de dados pessoais ocorre de forma limitada, mediante garantia de segurança e confidencialidade, e quando necessário para as finalidades legítimas do escritório. Os dados podem ser compartilhados com:

-
- Órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, órgãos reguladores e outras autoridades públicas;
 - Escritórios correspondentes, peritos e auxiliares da justiça;
 - Prestadores de serviços contratados (como consultorias, contabilidade, tecnologia da informação);
 - Autoridades fiscais, quando exigido por obrigação legal.
 - Prestadores de serviço essenciais para a execução dos serviços;
 - Terceiros autorizados, com base em contrato e mediante salvaguardas de segurança e confidencialidade.

A MDR ADVOCACIA não realiza transferência internacional de dados pessoais sem garantias adequadas e o cumprimento dos requisitos legais.

6. RETENÇÃO E ELIMINAÇÃO DE DADOS

Os dados pessoais são mantidos apenas pelo tempo necessário ao cumprimento das finalidades informadas ou pelos prazos exigidos por obrigação legal ou regulatória e para o exercício regular de direitos, observados os prazos de guarda aplicáveis à atividade advocatícia. Encerrado o período de retenção, os dados são eliminados de forma segura ou anonimizados. Os critérios de retenção, os prazos por categoria de dado e os métodos de descarte seguro, lógico e físico, estão definidos na Política de Retenção e Descarte da MDR ADVOCACIA, que complementa esta Política.

7. SEGURANÇA E PRIVACIDADE DESDE A CONCEPÇÃO

A MDR ADVOCACIA adota os conceitos de privacy by design e privacy by default e implementa, no mínimo:

- Criptografia de dados;
- Controle de acesso e autenticação robusta;
- Registros de logs;

-
- Proteção contra acessos não autorizados;
 - Atualização e monitoramento contínuo das vulnerabilidades.

Os dados pessoais tratados pela MDR ADVOCACIA são armazenados em ambientes de nuvem homologados e em sistemas próprios, conforme a Política de Segurança da Informação, sob modelo de responsabilidade compartilhada com os provedores contratados. São adotados controles de segurança compatíveis com a criticidade da informação, incluindo criptografia em trânsito e em repouso, controle de acesso pelo princípio do menor privilégio, autenticação multifator e registro e monitoramento de eventos. Todas as medidas são avaliadas de forma contínua, considerando os riscos envolvidos, o volume e a sensibilidade dos dados tratados em cada contexto.

8. RESPONSABILIDADES E BOAS PRÁTICAS

As iniciativas de privacidade são avaliadas periodicamente e com base no risco, de modo a validar a conformidade contínua com os requisitos legais, regulatórios e com a LGPD. Os resultados das atividades de monitoramento contínuo são documentados, comunicados às áreas responsáveis e tratados sem atraso indevido.

A MDR ADVOCACIA estabelece claramente as funções e responsabilidades relacionadas ao tratamento de dados pessoais no âmbito de suas atividades, garantindo que cada colaborador, prestador de serviço e parceiro compreenda e atue conforme os princípios da proteção de dados. Todos os profissionais (colaboradores, prestadores de serviço e parceiros) envolvidos no tratamento de dados pessoais devem:

- Observar e cumprir as disposições desta Política e dos demais normativos internos relacionados à privacidade e proteção de dados;
- Atuar com responsabilidade, ética e sigilo, protegendo os dados pessoais acessados ou tratados no exercício de suas funções;

-
- Adotar boas práticas de segurança da informação e comunicar prontamente ao Encarregado qualquer incidente de segurança ou suspeita de violação de dados.

A Encarregada de Proteção de Dados (DPO) é responsável por:

- Atuar como canal de comunicação entre a MDR ADVOCACIA, os titulares de dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- Monitorar o cumprimento da LGPD e desta Política no ambiente institucional;
- Apoiar e orientar as áreas na adoção de medidas preventivas, corretivas e educativas relacionadas à proteção de dados;
- Gerenciar o recebimento e o atendimento das solicitações dos titulares.

A alta gestão da MDR ADVOCACIA é responsável por assegurar os recursos necessários para a implementação efetiva das ações de governança e proteção de dados pessoais, promovendo uma cultura institucional de conformidade e respeito à privacidade.

9. CONSCIENTIZAÇÃO E GOVERNANÇA

A MDR ADVOCACIA estabelece e mantém um programa de treinamento e conscientização sobre privacidade para garantir que os colaboradores recebam treinamento adequado anualmente, no mínimo. O material deste treinamento é customizado para cada papel e responsabilidade declarado nesta política e faz parte do Programa de Privacidade e Proteção de Dados da instituição. Para isso, promove:

- Treinamentos e campanhas de conscientização;
- Monitoramento da conformidade com esta Política;
- Revisão periódica de suas práticas e medidas de segurança.

Além disso, realiza avaliações periódicas de conformidade para garantir que esta Política de Privacidade e os normativos internos relacionados à proteção de dados pessoais estejam sendo integralmente cumpridos. Essas verificações têm como objetivo assegurar que os princípios, diretrizes e cláusulas de sigilo e responsabilidade previstas na legislação vigente, em contratos e em instrumentos jurídicos correlatos estejam sendo respeitados.

As auditorias de privacidade são conduzidas por equipe interna e, quando aplicável, por consultoria externa especializada, com base em critérios objetivos de avaliação, observando os requisitos estabelecidos pela LGPD, pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e demais normativos aplicáveis.

Sempre que necessário, a MDR ADVOCACIA revisa seus processos e serviços à luz de novos riscos, mudanças regulatórias ou atualizações de sua estrutura organizacional, reforçando seu compromisso com a conformidade contínua e a governança em proteção de dados pessoais. Os resultados das verificações de conformidade são registrados e subsidiam os planos de ação correspondentes.

10. DIREITOS DOS TITULARES

O titular pode exercer seus direitos conforme o art. 18 da LGPD, incluindo:

- Confirmação dos dados;
- Acesso aos dados;
- Correção, bloqueio, exclusão e portabilidade;
- Revogação de consentimento;
- Informação sobre compartilhamento e uso de dados.

As solicitações devem ser encaminhadas à Encarregada de Dados, através do e-mail dpo@mdradvocacia.com.

11. ENCARREGADO PELO TRATAMENTO

A Encarregada de Proteção de Dados da MDR ADVOCACIA pode ser contatada pelo e-mail: dpo@mdradvocacia.com.

12. ALTERAÇÕES NA POLÍTICA

Esta Política poderá ser alterada a qualquer tempo.

13. APROVAÇÃO

Histórico de Revisões e Aprovações

Versão	Data	Descrição da alteração	Elaborado/Revisado por	Aprovado por
01	12/08/2025	Emissão inicial da Política de Privacidade.	P4PIS	Marcos Delli R. Rodrigues (Sócio-Administrador); Ingrid Quirino Ribeiro (DPO)
02	07/05/2026	Revisão geral e adequação à LGPD.	P4PIS	Marcos Delli R. Rodrigues (Sócio-Administrador);

				Ingrid Quirino Ribeiro (DPO)
03	24/07/2026	Revisão de conteúdo; alinhamento à Política de Segurança da Informação e ao modelo de nuvem homologada; inclusão de referência à Política de Retenção e Descarte; padronização da base legal do tratamento biométrico e da periodicidade de treinamento; inclusão do rótulo de classificação da informação.	Ingrid Quirino Ribeiro (DPO)	Marcos Delli R. Rodrigues (Sócio-Administrador); Ingrid Quirino Ribeiro (DPO)

ELABORAÇÃO:

Responsável: Ingrid Quirino Ribeiro (DPO)

Data da Emissão: 24/07/2026 (Versão 03)

Data da Revisão: 24/07/2026 (Versão 03)

APROVAÇÃO:**Nome: INGRID QUIRINO RIBEIRO****Cargo: Encarregada de Proteção de Dados (DPO)****Data: 24 de julho de 2026**

Nome: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES
Cargo: SÓCIO-ADMINISTRADOR DA MDR ADVOCACIA
Data: 24 de julho de 2026